

MODOS DE VIDA E O TURISMO RURAL: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E OS AGRICULTORES DE BASE FAMILIAR**LIFE STYLES AND RURAL TOURISM: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN TOURISM AND FAMILY-BASED FARMERS**Juliana Carolina TEIXEIRA¹

Resumo: O objetivo geral dessa pesquisa foi avaliar as relações entre o turismo, como atividade alternativa de desenvolvimento local, e os agricultores de base familiar da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná. O método dialético foi utilizado para a realização do estudo desse objeto, uma vez que ele pressupõe a interpretação dinâmica e totalizante da realidade, dando aporte para a análise de suas contradições. Os resultados finais apontaram que os contrastes existentes entre as características econômicas e sociais da atividade turística e as representações dos atores sociais familiares no campo impedem o avanço da atividade com a participação desses mesmos atores na Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná.

Palavras-chave: Agricultores de base familiar; Desenvolvimento local; Turismo.

Abstract: This research had as objective to evaluate the relations between tourism as alternative activity for local development to the peasants of the Central-Occident Mesoregion in Paraná. The dialectical method was used to the realization of this object's study, once it presumes the dynamic and panoramically interpretation of the facts, supporting the analysis of its contradictions. The final results pointed that the existing contradictions between the economic and the social characteristics in the touristic activities and he representations of peasant social actors impedes the growth of the activity with the participation of those same actors in the Central-Occident Mesoregion in Paraná.

Keywords: Family-based farmer. Local development. Tourism.

Introdução

A modernização excludente do setor agropecuário avança, desenvolvendo, de maneira desigual, inúmeras áreas rurais do território brasileiro. Em regiões como a Mesorregião Centro-Ocidental paranaense, o turismo é apontado como uma possível saída na busca de alternativas para esse quadro. Em detrimento da crescente urbanização e da inserção de atividades não agrícolas no campo, a citada atividade se coloca, para o poder público, como um dos fatores de desenvolvimento e de fixação da população rural nessas áreas.

É necessário compreender que o turismo, como atividade econômica capitalista, possui especificidades que, por vezes, dificultam a sua implementação em propriedades de agricultura familiar. Cruz (2000) assevera que, para receber turistas, é necessária uma infraestrutura mínima e com uma estrutura específica para a atividade, superando as expectativas de uma demanda ávida pelas características do cenário bucólico do mundo rural.

Além disso, é preciso compreender a inserção da atividade turística dentro dos conflitos já vividos por esses atores sociais, como demonstrou Martins (1991), diante das questões agrárias. As lutas políticas, de resistência, para ter acesso à terra e manter-se na terra por meio de alternativas, em um país marcado pelo latifúndio, apontam as tensões vividas

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Bacharel em Turismo e Meio Ambiente pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM); Professora Assistente da Universidade Estadual do Paraná *campus* Campo Mourão (UNESPAR). Email: julianatma@gmail.com

nesse espaço. Considerando, assim, as dificuldades do campo brasileiro, as especificidades da ordem moral dos agricultores de base familiar – moralidade essa pautada no direito das pessoas e não no das coisas –, e as características de consumo da atividade turística, então nos questionamos sobre a possibilidade da implementação dessa atividade como outra opção de renda para essas famílias.

Dessa forma, baseado nesses pressupostos, o presente trabalho tem o objetivo de avaliar as relações entre o turismo como atividade alternativa de desenvolvimento local e os agricultores de base familiar de nosso recorte espacial, ou seja, o território da Mesorregião Centro-Occidental paranaense. Essa avaliação se faz importante porque as características físicas e socioeconômicas trouxeram para a região discursos e iniciativas de implementação do turismo como atividade de desenvolvimento para a localidade e alternativa de renda para esses agricultores. Nesse sentido, a delimitação temporal deste trabalho foi estabelecida historicamente a partir do ano de 1994, quando foram iniciadas as atividades na região voltadas para o desenvolvimento do turismo, lideradas pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo da época. Desde então são mais de dez anos, por meio de iniciativas públicas e privadas, buscando desenvolver o turismo na região.

Nas áreas de colinas e morrarias, o processo de modernização da agricultura não avançou com facilidade em função da impossibilidade de utilizar maquinários agrícolas nessas regiões. Para essas áreas se deslocaram, com maior intensidade, as pequenas propriedades e o modo de vida e produção das famílias agricultoras, em função da concentração fundiária nas outras áreas mais mecanizáveis. As características da paisagem e a permanência de pequenos agricultores nesses locais deram origem a iniciativas de revalorização local e de seus atores para o turismo, que funcionaria, ao mesmo tempo, como alternativa de desenvolvimento regional.

Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa as discussões realizadas estão baseadas na utilização do método dialético. A dialética, segundo Lakatos et al.(2007), é um método de interpretação dinâmico e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser analisados fora de um contexto social, político, econômico, etc. É a análise da complexa realidade social que pressupõe contradições. Nesse sentido, baseamos a análise das contradições contidas entre turismo e agricultura familiar no presente método.

O referencial teórico-metodológico deste trabalho está baseado principalmente em técnicas qualitativas. Utilizamos a pesquisa bibliográfica ao tratarmos dos questionamentos a respeito do turismo como fator de desenvolvimento e alternativa de renda para agricultores de base familiar nessa Mesorregião Centro-Occidental.

Os referenciais bibliográficos foram detalhadamente levantados e, a partir deles, buscamos apresentar e refletir a respeito dos aspectos que versaram sobre: (i) as características da região em questão e que são propostas como atrativos para o turismo; (ii) o fenômeno social dos agricultores de base familiar, sua recriação e resistência frente ao avanço do capital no campo, o qual o poder público pretende fortalecer por meio da atividade turística; e (iii) os aspectos do próprio turismo que ocorre no campo, enquanto atividade submetida à lógica do capital e apontada como atividade que pretende alavancar o desenvolvimento nas áreas rurais.

Também foram coletados dados junto aos órgãos que organizam e planejam a atividade do turismo nas mais diversas escalas, a exemplo dos dados do Ministério do Turismo, da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU) e do Conselho Municipal de

Turismo de Campo Mourão, cidade-polo da região. Todas essas informações foram captadas por meio de fontes primárias e ou secundárias.

Os estudos empíricos foram captados por meio de observações em campo, entrevistas e obtenção de imagens. A metodologia de trabalho utilizada para a pesquisa de campo foi, portanto, baseada na observação sistemática, conforme tratam Lakatos et al.(2007), uma vez que houve a necessidade de traçar parâmetros de análise para manter objetividade nos estudos realizados em campo. As entrevistas, do tipo semiestruturadas, corresponderam à aplicação de questionamentos abertos e que seguiram um roteiro preestabelecido para manter o objetivo, mas respeitando sempre as falas dos depoentes, permitindo a elas maior riqueza de detalhes e informações. As imagens também foram utilizadas como fontes de análise para a compreensão dos fatos sociais, como tratou Martins (2008).

As entrevistas foram realizadas com dois grupos distintos. O primeiro grupo foi constituído com representantes do poder público. Nesse sentido, buscamos informações com um dos antigos presidentes do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Campo Mourão em função de sua atuação na época das primeiras ações municipais e regionais para impulsionar o turismo localmente e com o diretor do Centro de Produção do município de Iretama, o qual é responsável pelas ações de implementação do turismo como alternativa de renda para os agricultores em um dos municípios da região.

O segundo grupo foi constituído de agricultores de base familiar que a) buscam implementar o turismo como alternativa de renda em suas propriedades e b) aqueles que já passaram pelo processo de receber turistas em suas propriedades. Para a exequibilidade desta pesquisa, selecionamos, portanto, duas famílias de agricultores. A primeira família localiza-se no município de Iretama e foi indicada pelo poder público do município como propriedade a ser visitada para a realização da pesquisa. A segunda família, situada no município de Luiziana, foi indicada pelo ex-presidente do COMTUR de Campo Mourão, como exemplo de família de agricultores que já passaram pela experiência em receber visitantes em suas propriedades.

A pluriatividade do universo agrícola e o turismo rural como atividade alternativa de renda

Acredita-se que, em virtude de variados problemas, como a diminuição da renda decorrente dos baixos preços auferidos dos produtos primários e da industrialização no campo, atividades não agrícolas despontam como mecanismos para auxiliar a fixação do homem no campo. A introdução dessas atividades na propriedade com base no trabalho familiar é compreendida por Silva & Del Grossi (2002) como o processo de *mercantilização do tempo livre*, dessas famílias.

Isso significa, para os autores, que a fabricação de doces, de utensílios domésticos para o autoconsumo e as suas atividades de lazer (como a caça, a pesca, o artesanato), são agora comercializados como outra mercadoria qualquer. Nesse sentido, a *mercantilização do tempo livre* diz respeito tanto às relações de produção como às de trabalho. Para Silva & Del Grossi (2002), isso pode representar “[...] as famílias rurais crescentemente dependentes dos capitais associados não apenas aos mercados agrícolas, mas a uma matriz de múltiplas atividades (pluriatividade) de seus membros” (SILVA & DEL GROSSI, 2002, p. 48). Os pesquisadores, nesse quadro, deixam claro seu posicionamento sobre o conceito de agricultura familiar fortemente ligada ao mercado e sobre sua proletarianização, mesmo que, dentro de sua propriedade, sem abandonar, porém, a produção agropecuária.

Dessa forma, os autores tratam da pluriatividade como alternativa de sobrevivência, em que a família agricultora realiza múltiplas atividades em sua propriedade no período em

que os familiares não estão ocupados com o trabalho agrícola, atividades exercidas como fonte de reforço da renda familiar. O turismo, então, é apontado, por Silva & Del Grossi (2002), como atividade não agrícola que surge, para a família agricultora, como atividade pluriativa no campo. Uma vez que, no processo de industrialização da agricultura, o Brasil é mais urbano do que rural, segundo as propostas de Silva & Del Grossi (2002), não há mais espaço para uma agricultura de base familiar pautada apenas na produção agropecuária. Os pesquisadores, nesse sentido, dentro da atividade turística, citam o segmento do turismo rural como potencial a ser explorado pelos indivíduos, aos quais se referem como sendo agricultores familiares.

É nesse quadro em que se baseiam Graziano da Silva & Del Grossi, em suas produções sobre o “Novo Rural” brasileiro, e compreendem que a pluriatividade pode ser fator de fortalecimento para a agricultura de base familiar. Os pesquisadores citam esse fenômeno em seu Projeto Rururbano, como a saída para esses indivíduos permanecerem no campo. O citado projeto se refere ao “Novo Rural”, sobre o qual versamos anteriormente, que trata do acentuado processo de avanço das atividades não agrícolas no campo.

Para os pesquisadores, a ocupação dos agricultores com a produção agrícola ocorre atualmente em parte do tempo que antes era utilizado com essa produção. Por essa razão, os autores empregam os termos *part-time farmer* ou *part-time farming*, que significam agricultor em tempo parcial ou agricultura em tempo parcial. A razão para o trabalho ocorrer em tempo parcial na lavoura da propriedade de agricultores de base familiar, ainda segundo os pesquisadores, está na aceleração do processo de queda da renda agrícola, em função da queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional, após a década de 1970.

Nesse sentido, muitos teóricos, a exemplo de Graziano da Silva & Del Grossi, acreditam que, em virtude de inúmeros problemas, como a diminuição da renda decorrente dos baixos preços auferidos dos produtos primários e da industrialização no campo, atividades não agrícolas despontam como mecanismos para auxiliar a fixação do homem no campo. A introdução dessas atividades na propriedade da família agricultora é compreendida por Graziano da Silva & Del Grossi (2002b) como o processo de *mercantilização do tempo livre*, dessas famílias, incluído aí o turismo rural, objeto deste estudo.

É preciso, contudo, considerar alguns impasses para a execução do turismo como alternativa de renda para esses agricultores. Afinal, não podemos deixar de salientar que o turismo, além de atividade social, também é atividade econômica submetida à lógica da produção e de reprodução do capital e se coloca como mais um reflexo do avanço do capitalismo, transformando o campo também em espaço de realização de lazer e de negócios, ao passo que:

Muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo por oferecer atrativos para a demanda e aos gestores e operadores turísticos oportunidade para alocarem seus investimentos e retirarem mais-valia dos espaços, do trabalho humano. Os territórios são meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo. (CORIOLANO, 2006, p. 370).

Para sua realização, o turismo demanda investimentos. Carlos (1999) considera que a atividade turística submete o espaço a uma lógica de consumo e o faz mediante a reprodução ampliada do capital. Assim, cada vez mais e de forma mais intensa, são criados espaços similares para a comercialização do produto turístico. E, nesse sentido, o agravante é que a identidade e a cultura de grupos sociais entram no processo de compra e venda, em que:

[...] o espaço tem papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, como mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo e, desse modo, praias, montanhas e campos entram no circuito de troca, apropriadas, privativamente, como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. (CARLOS, 1999, p. 25).

Nesse sentido, a atividade turística demanda a apropriação de critérios de consumo específicos para que ela se realize. Percebemos, portanto, um possível impasse para que essa atividade aconteça a partir dos agricultores de base familiar em muitos casos. Ao apontar atividades de *hobbies* como atividades potenciais para o turismo, Graziano da Silva & Del Grossi (2002b) podem não ter levado em consideração o fato de que todas as atividades que se colocam como sendo atividades sem grande peso para a agricultura de base familiar, que serviriam para atrair os turistas, são fundamentais para a sobrevivência e a reprodução das relações sociais no campo.

Ao tratarmos do turismo como outra opção de renda dentro da propriedade de muitos agricultores de base familiar, precisamos considerar o contexto das tensões já vividas no campo brasileiro – contexto em que a nova atividade se insere. Nesse caso, o acesso à terra própria se coloca como o primeiro impasse para parte desses agricultores virem a ser pluriativos, da forma como defendem Graziano da Silva & Del Grossi (2002b). Cabe afirmar isso porque receber turistas dentro das propriedades elimina grande grupo deles que sequer têm acesso a elas. É preciso, ainda, destacar que a realidade do Brasil não é um retrato específico da região sul-brasileira (a exemplo dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina), lugar em que o turismo no campo se desenvolve com maior destaque. As dificuldades e as diversidades regionais não admitem diagnósticos generalizados e homogêneos.

Para facilitar o acesso de muitos agricultores à possibilidade de investir na atividade turística, o Estado cria políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)². Dentro desse mesmo programa temos seus desdobramentos, como o PRONAF – Turismo Rural, que, por sua vez, destina auxílios do governo na tentativa de impulsionar as atividades de turismo dentro das propriedades de base familiar no campo. Considerando, mais uma vez, que a realidade do campo brasileiro é heterogênea, por inúmeras vezes essas políticas podem não beneficiar todos de forma igualitária. Nesse sentido, por exemplo, ao tratar da Política Nacional de Turismo:

A diversificação do produto turístico, embora apareça como um objetivo, pode ser entendida como uma estratégia da política, já que o objetivo, nesse caso, é diversificar os fluxos para determinadas porções do território nacional. Essa política de turismo revela um aspecto seletivo, do ponto de vista espacial, quando sugere a difusão de novos pontos turísticos, privilegiando aqueles localizados em “regiões de melhor nível de desenvolvimento”. As regiões mais pobres, assim, continuariam em desvantagem, do ponto de vista de um possível uso de seu território pelo turismo. (CRUZ, 2001, p. 59).

²O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do governo federal e busca auxiliar a agricultura de base familiar e os empreendimentos relacionados a ela, através de financiamentos e de outras assistências técnicas dadas aos produtores. Dele se desmembram vários outros programas, a exemplo do PRONAF – Turismo Rural.

Nessa perspectiva, Martins (1994) verifica que as políticas públicas do Estado por ora se revelam alheias à verdadeira realidade, o que nos faz questionar sobre a eficácia de programas que estimulam o agricultor sem que, ao menos, a maioria deles possua terra para trabalhar. Por isso o pesquisador adverte para o fato de que:

No mínimo, na história contemporânea do país, há desproporções acentuadas entre a gravidade do problema e a intensidade do discurso, entre as dificuldades sociais e a consciência das dificuldades. Ora o problema é grave e a consciência é superficial; ora o problema é menos intenso e a consciência é dramática. De modo que as políticas públicas em relação às questões sociais parecem se desenvolver no intervalo entre o apogeu dos problemas e o apogeu da consciência social a eles relativa. O que dá ao Estado, em particular, a característica de uma agência aparentemente não afinada com as demandas sociais. (MARTINS, 2001, p. 3).

Assim, enquanto o turismo rural está em voga com uma demanda crescente e se coloca, para muitos teóricos, como a atividade que vai auxiliar muitos agricultores de base familiar, inúmeros impasses para a realização dessa atividade dentro de suas possibilidades são ignoradas, a exemplo da estrutura mínima exigida pela atividade. Assim, a tentativa de estimulá-los por meio de programas se torna vazia quando grupos sociais no campo não têm sequer acesso à terra e, ainda, o Estado, com suas políticas públicas, não possui afinidade com os problemas sociais, como já apontou Martins (2001). Nessa lógica, Carlos (2004) apresenta que o investimento em determinados setores, bem como o de serviços, cresce em detrimento da exclusão de muitos agricultores e suas propriedades, uma vez que:

[...] o Estado tem um papel fundamental no espaço tanto na cidade como do campo pelo direcionamento das políticas públicas que estimulam os setores competitivos da economia a partir dos centros urbanos interferindo objetivamente na reprodução espacial, seja financiando a agricultura capitalista e deixando de lado as pequenas unidades camponesas que produzem a alimentação básica dos trabalhadores, seja direcionando a localização industrial, ou ainda investindo em infra-estrutura capaz de permitir o crescimento do setor de serviços. (CARLOS, 2004, p. 2).

Nesse sentido, como apresentou Carlos (2004), é estimulando a agricultura capitalista que se encontra, na modernização do campo, a evolução de quadros de pobreza em inúmeras regiões do país. Como exemplo, temos a Mesorregião Centro Ocidental paranaense, objeto de nossa pesquisa. Essa região apresenta uma realidade heterogênea em relação à realidade dos discursos da evolução do campo mediante a sua modernização. Ocorre que, a exemplo dos estudos realizados pelo IPARDES (2004), a mesorregião apresenta altas taxas de pobreza, superiores a 30% do total de famílias, enquanto, em outra ponta, as agroindústrias regionais faturam somas consideráveis com a produção agropecuária, como demonstrado anteriormente.

Assim, cabe avaliar o posicionamento da atividade turística no campo nesse quadro de baixo desenvolvimento da região. Cabe questionar se o turismo avança com a participação dos agricultores de base familiar ou com a participação dos empresários localizados no campo. Avançamos nesses questionamentos porque a atividade está inserida em um processo de comercialização voltado para o mercado, a exemplo dos estudos realizados nos Estados Unidos, que, como enfatizou Ruschmann (2000), demonstram que os turistas não abdicam de determinado conforto.

Essa realidade é contrastante ao passo que, se, por um lado, regiões do país crescem economicamente com a modernização da agricultura, incluindo o turismo no espaço rural

como um desses agentes modernizadores, por outro lado encaramos o aumento da pobreza em outras regiões do Brasil, pois:

De maneira sutil ou mais intensa, o capital expande-se, reproduz-se, concentrando-se nas mãos (e nas contas bancárias... aplicações... investimentos...) de uma minoria que conseguiu, e consegue, as condições necessárias para tal. Nem todos conseguem acumular capital na mesma quantidade. Muitos nem conseguem acumular capital! Por isso, muitas famílias não têm casa, carro, um terreno urbano ou rural, máquinas para trabalhar na lavoura; muitas não têm assistência médica e odontológica (SAQUET, 2006, p.12).

Essa argumentação em Saquet (2006) nos apresenta as contradições vividas pelos atores sociais das mais diversas regiões brasileiras. De um lado existem aqueles que possuem maiores condições de reprodução de suas relações sociais e, de outro, aqueles que vivem à margem de condições mínimas de sobrevivência. O autor ainda completa que:

Nesse sentido, há uma característica que é de fundamental importância, pois marca profundamente a vida cotidiana de muitas famílias agricultoras, provocando a pobreza de muitos e a riqueza de poucos, que é a subordinação e a exploração que também acontecem clara e disfarçadamente. A primeira ocorre em atividades produtivas agropecuárias ou industriais que têm trabalho assalariado e a segunda, nas que têm trabalho familiar. (SAQUET, 2006, p. 12).

Tratar do turismo no espaço rural como alternativa para o agricultor de base familiar exige um olhar atento e criterioso sobre as dificuldades vividas nesse espaço e por seus atores sociais. É necessário apontar que no controle do Estado estão as classes dominantes, os capitalistas, as oligarquias ainda existentes, com seus interesses e ideologias. Nesse sentido, Martins (1994, p. 13) argumenta que “[...] a sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado”. Ainda José Murilo de Carvalho (2001) acrescenta que o Estado acaba por reduzir seu papel na sociedade, deixando na mão do mercado o controle da vida econômica e social.

Posto isso, procuramos compreender de que forma o turismo pode se estabelecer como atividade alternativa para os agricultores de base familiar da região. Considerando as dificuldades vividas por esses atores sociais do campo brasileiro e as especificidades da atividade turística. Para a realização da atividade, como enfatizou Cruz (2001), é necessário haver uma estrutura mínima para a recepção dos turistas. Receber turistas em sua propriedade significa demandar tempo e dinheiro para dar atenção ao turista e para adaptar a propriedade.

Segundo Joaquim (2003), as primeiras manifestações de turismo no espaço rural surgem na Europa, mais especificamente na França por volta de 1971 e, a partir de então, se espalha mundialmente. No Brasil, a primeira iniciativa foi a da Fazenda Pedras Brancas, no município de Lages, em Santa Catarina, fazenda que, em 1986, recebeu um grupo de turistas para nela pernoitar e participar dos trabalhos no campo, conforme apresenta Rodrigues (2003). No Paraná, a atividade inicia-se em 1992, na região de Arapongas, segundo os dados da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná (SETU). O maior desenvolvimento da atividade no país ocorre com a evolução da busca pela população urbana de volta ao rural, ao reencontro com a natureza, sendo também uma alternativa ao turismo de “sol e mar”.

As discussões terminológicas sobre as atividades turísticas realizadas no espaço rural são muitas, isso em detrimento do vasto campo de atividades que nele se realizam, como já

apontamos acima. Alguns conceitos convergem, porém, para o entendimento de que toda atividade realizada em espaço rural se denomine Turismo em Espaço Rural e nele estão incluídos, por exemplo: o turismo religioso, o turismo de eventos, o turismo de negócios, o turismo de aventura, o ecoturismo, o turismo rural, entre outros. Já as atividades que estão mais intimamente ligadas ao meio rural, o estilo de vida e a cultura de seus habitantes são denominadas de Turismo Rural, conforme Tulik (2004).

É preciso, contudo, considerar alguns impasses para a execução do turismo como alternativa de renda dentro da propriedade familiar. Afinal, não podemos deixar de salientar que o turismo, além de atividade social, também é atividade econômica submetida à lógica da produção e de reprodução do capital e se coloca como mais um reflexo do avanço do capitalismo, transformando o campo também em espaço de realização de lazer e de negócios. A atividade turística submete o espaço a uma lógica de consumo, através da reprodução ampliada do capital (CARLOS, 1999). Assim, cada vez mais e de forma mais intensa, são criados espaços similares para a comercialização do produto turístico.

Observando essa complexidade da atividade, para facilitar o acesso de agricultores de base familiar à possibilidade de investir no setor, o Estado cria políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Dentro desse mesmo programa temos seus desdobramentos, como o PRONAF – Turismo Rural, que, por sua vez, destina auxílios do governo na tentativa de impulsionar as atividades de turismo dentro das propriedades de base familiar no campo. Considerando, mais uma vez, que a realidade do campo brasileiro é heterogênea, por inúmeras vezes essas políticas podem não beneficiar todos de forma igualitária. Nesse sentido, por exemplo, ao tratar da Política Nacional de Turismo:

A diversificação do produto turístico, embora apareça como um objetivo, pode ser entendida como uma estratégia da política, já que o objetivo, nesse caso, é diversificar os fluxos para determinadas porções do território nacional. Essa política de turismo revela um aspecto seletivo, do ponto de vista espacial, quando sugere a difusão de novos pontos turísticos, privilegiando aqueles localizados em “regiões de melhor nível de desenvolvimento”. As regiões mais pobres, assim, continuariam em desvantagem, do ponto de vista de um possível uso de seu território pelo turismo. (CRUZ, 2001, p. 59).

Nessa perspectiva, Martins (1994) verifica que as políticas públicas do Estado por ora se revelam alheias à verdadeira realidade, o que nos faz questionar sobre a eficácia de programas que estimulam o agricultor de base familiar sem que, ao menos, a maioria deles possua terra para trabalhar.

O poder público, por vezes, parece negligenciar esse quadro. Pode-se afirmar isso porque a sua preocupação, nas mais diversas escalas, em desenvolver as diferentes realidades rurais brasileiras, pautadas no turismo, ocorre, em parte, pela crescente procura da demanda turística por esses espaços. Não raro, é possível encontrar discursos em documentos públicos, na mídia, dentre outros veículos de informação, que o turismo cresce como atividade econômica, podendo ser vetor de desenvolvimento em regiões menos favorecidas.

Segundo o Ministério do Turismo (2008), a atividade turística praticada no campo pode auxiliar no desenvolvimento econômico e social, valorizando os patrimônios e os produtos locais. Ao mesmo tempo, o Ministério ressalta que é necessário tomar uma série de medidas para estruturar, desenvolver, promover e comercializar adequadamente o atrativo turístico.

A pequena propriedade de base familiar e o turismo como complementação de renda

As políticas públicas do setor em escala nacional, como as Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil e o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar e o Programa de Turismo Rural do Paraná incentivam ações na Mesorregião Centro-Ocidental paranaense para a implementação do turismo rural como alternativa de desenvolvimento e renda para a agricultura de base familiar. É importante ressaltar que esse cenário pode ser interpretado como abordagem realizada por Cruz (2007), pelo esforço do poder público brasileiro em diminuir a pobreza por meio do turismo. A Mesorregião Centro-Ocidental (Figura 1) é uma das dez Mesorregiões do Estado do Paraná³ e ocupa uma área de 1.191.893,6 hectares (que equivale a 6,0% de toda a área do Estado (IPARDES, 2004).

Figura 1: Localização da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense



Fonte: IPARDES, 2004.

A região em questão possui relevo bastante heterogêneo atingindo altitudes de 1150 metros, declinando a 225 metros, o que torna parte dos solos inaptos ao uso agrícola (IPARDES, 2004). Na mesorregião nenhum município atinge a média de IDH-M do Estado (0,787). Apesar de possuir um IDH-M considerado alto, entre 0,700 e 0,799 (IBGE, 2009), a região ainda possui municípios localizados em uma porção do Estado que apresenta umas das mais altas taxas de pobreza (IPARDES, 2010). A pequena produção familiar ocupa uma área de 24,3%, representando 84,4% dos estabelecimentos. Ainda, mesmo em um espaço menor, são responsáveis por 74,4% do pessoal ocupado, que cresceu de 77% em 1996 para 79% em 2006 (IBGE, 2009).

A Secretaria de Turismo do Paraná atualmente divide o Estado em 14 regiões turísticas. A Mesorregião Centro-Ocidental compõem esse quadro com a região

³ Delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as Mesorregiões são subdivisões dos Estados brasileiros que congregam municípios em função de suas semelhanças econômicas, sociais, físicas, dentre outras.

“Ecoaventuras – Histórias e Sabores”. Desde a década de 1990 inúmeras ações buscam desenvolver a atividade turística da região.

O turismo que ocorre na Mesorregião Centro-Occidental paranaense, assim como em inúmeros outros lugares em que ele se manifesta, deve ser observado e interpretado como mais um desdobramento da produção e da reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, a atividade turística, que avança cooptada pelo mercado e está assentada na lógica capitalista, deve ser refletida impreterivelmente a partir de suas contradições.

A atividade do turismo faz parte da sociedade moderna e se coloca como uma de suas características marcantes, porque ela está baseada nas relações de consumo ao transformar o lazer em mercadoria, que, por sua vez, torna-se objeto de consumo durante as viagens. Santos (2009), ao tratar do processo histórico que contextualiza o surgimento dessa típica atividade moderna, relata que, inicialmente, o surgimento do turismo está atrelado às conquistas trabalhistas do fim do século XIX, em que o lazer passa a ser concedido aos trabalhadores.

Com a expansão do sistema capitalista, a partir do século XIX, a economia se diversifica em larga escala. O aperfeiçoamento das ferrovias para a realização de viagens com os mais diversos motivos faz surgir a atividade turística moderna, conforme as reflexões promovidas por Santos Filho (2008). Foi nesse contexto, como argumenta Cruz (2001), que o turismo foi aos poucos se desprendendo da noção de lazer e ligou-se, cada vez mais, à ideia de viagem:

Entre as inúmeras definições de turismo, há que se destacar aquela adotada por um organismo oficial, de injunção global, que é a Organização Mundial do Turismo (OMT). Segundo essa organização, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial, que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite no destino; esse deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta. (CRUZ, 2001, p. 4).

Cruz (2001) afirma que o turismo não é apenas sinônimo de viagem. É preciso aprofundar as discussões na complexidade de seu conceito e, como afirmou Santos (2009), refletir o turismo dentro da realidade social em que ele está inserido, como um produto das práticas sociais e não como um fenômeno em si. Nesse sentido, entendemos, assim como apontou Santos (2009), que o turismo, para além de uma atividade econômica, é uma atividade produtiva do e no espaço, um fenômeno social e uma prática social que se realiza a partir do deslocamento do indivíduo no espaço e no tempo.

Como atividade econômica, o turismo está regido, principalmente, pelo mercado, mas compreendendo a atividade, também, como prática social. A intervenção pública tem importante papel no desenvolvimento da atividade. Nessa perspectiva é que entram as políticas públicas de turismo e para o turismo, em que:

O desenvolvimento do turismo em determinado lugar exige, também, a implementação de uma infra-estrutura urbana mínima (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia, pavimentação, etc., para falar dos mais básicos), a qual dará subsídio ao desenvolvimento desta atividade; o que explica a parceria entre o poder público e privado.

Ora, o papel das políticas públicas é democratizar o acesso a bens e serviços, neste sentido, o turismo proposto tem (do ponto de vista do ideal) como objetivo principal, gerar desenvolvimento e melhoria de condições de vida nos lugares onde ele se realiza, tendo em vista, sobretudo, a população residente. Quando o turismo acontece à revelia, sem interferência do poder

público na administração da atividade, costuma agravar a desigualdade social, ao invés de servir como aporte de desenvolvimento. (SANTOS, 2009, p. 25).

Nesse sentido, Cruz (2006), ao tratar das questões referentes às políticas públicas de turismo no Brasil, afirma que o tema recebe maior visibilidade a partir dos anos de 1990. Com o governo de Fernando Collor de Mello (gestão 1990-1992) e logo após se estendendo aos governos de Fernando Henrique Cardoso (gestão 1995-2002) e Luiz Inácio da Silva (gestão 2003-2010), o Brasil inicia processo de organização de políticas públicas em decorrência do crescimento significativo da atividade em âmbito mundial e nacional.

Surge, nesse cenário, o interesse público em tratar o turismo como vetor de emprego e renda para a população, dada a importância econômica que a atividade vinha alcançando. Nesse contexto, cresce cada vez mais a interferência pública sobre a indução da atividade turística no país. Exemplo disso é a criação, nos anos de 1990, da Política Nacional de Turismo e de outros programas para regiões específicas do país, que, de muitos modos, buscavam o desenvolvimento regional e a diminuição das desigualdades sociais. Para isso, o instrumental público do setor foi reforçado com o fortalecimento de linhas de crédito já existentes bem como a criação de novas linhas, conforme apresenta a pesquisa realizada por Cruz (2006).

A busca pelo incentivo da atividade turística, por meio de políticas públicas, não ficou apenas no âmbito normativo, mas também delineou um rearranjo espacial, o qual propiciou a expansão do turismo em território brasileiro. Em áreas com recursos turísticos, a atividade foi estimulada, enquanto nas áreas mais pobres, a atividade não foi desenvolvida, aumentando cada vez mais as disparidades econômicas e sociais sobre o território. Esse quadro, segundo Cruz (2006), diverge com a proposta pública de utilizar o turismo como vetor de desenvolvimento de áreas mais pobres.

Beni (2006), ao tratar das políticas públicas brasileiras, explica que o setor turístico seguia a lógica do setor industrial e que essas políticas, conduzidas por uma cúpula nacional, traduziam a visão de poucos. Além disso, a participação das escalas estaduais e municipais restringia-se à execução de planos. Essa questão aponta para a utilização de interesses individuais que, na forma do poder público, inviabilizam o turismo em escalas menores e demonstra a negligência pública para com as menores escalas do território brasileiro.

Para buscar modificar esse cenário, o governo, no ritmo em que se encontravam as iniciativas em meados de 1990, inicia processo de abertura das discussões entre todas as esferas. Em busca da descentralização das políticas públicas, e para delegar maior poder aos municípios, o poder público cria então o programa que mais próximo chegou da escala local, mas que não necessariamente foi efetivo, que foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Lembramos que essa iniciativa ocorre em função de um modelo elaborado pela OMT, que propunha a descentralização e a maior participação de estados e municípios no setor turístico.

Cruz (2006) lembra que o PNMT não implicou a criação de uma infraestrutura e ficou apenas no plano normativo. O referido programa apresentou falhas na sua implantação, uma vez que, possivelmente, desconsiderava a diversidade do território nacional e delegou às escalas locais a criação de uma infraestrutura e a capacitação de recursos técnicos, encargos que as escalas locais não tinham condições de assumir.

Com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva ocorre a criação do Ministério do Turismo e a política para o setor ganha novos rumos. Inicia-se o Plano Nacional de Turismo 2003-2010, que substituiu o PNMT pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), o qual buscou a junção dos municípios turísticos, criando, nesse sentido, regiões turísticas brasileiras. A ideia de regionalização do turismo compreende a busca por

desenvolver o país e suas regiões de forma a equilibrar as disparidades existentes entre elas, comercializando por meio da atividade as características específicas de cada região.

Se, porém, por um lado, a aglutinação regional pode fortalecer as características regionais, por outro lado, somar iniciativas e partilhar resultados não é tarefa fácil para os poderes públicos municipais. Não é fácil porque o jogo de interesses existentes em cada município pode divergir ou convergir com o jogo dos demais municípios da região turística, resultando em dificuldades para gerir a atividade em escala regional.

Nesse sentido, Beni (2006) esclarece que a regionalização avança apenas no sentido de viabilizar a união de produtos turísticos, uma vez que facilita o *marketing* desses destinos, ampliando os fluxos turísticos para essas regiões. Essa metodologia, para o pesquisador, não trabalha a atividade de forma a ser instrumento de desenvolvimento em longo prazo. Assim, as políticas públicas cada vez mais se distanciam do objetivo de desenvolver as porções mais pobres do território brasileiro, servindo apenas de ferramenta mercadológica.

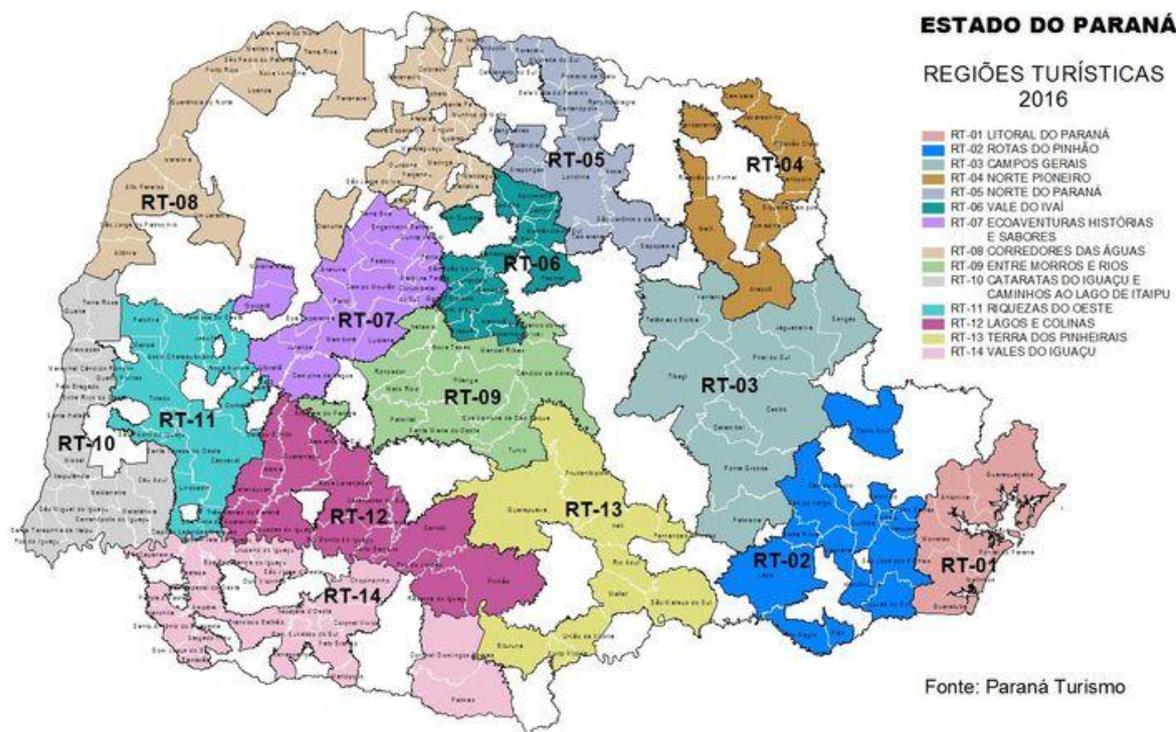
Segundo Cruz (2006), apesar da busca pelo fortalecimento regional, por meio das políticas públicas de turismo e para o turismo, tais políticas brasileiras sempre tiveram conotação econômica e economicista. Para a autora, tais políticas refletiram pontos de luz em regiões que já possuíam potencial turístico e delegaram para segundo plano regiões mais pobres e sem perspectivas.

Essa visão economicista do poder público, conforme os apontamentos de Cruz (2006), negligencia a vida cotidiana que já ocorre no território e o compreende como um produto mal acabado, produto que, por isso, requer intervenção pública para tornar-se competitivo no mercado turístico. Além disso, o poder público trata a atividade turística como ferramenta, que, por si só, é capaz de diminuir as desigualdades regionais. Por fim, a pesquisadora aponta para as dificuldades encontradas, quando da implementação do turismo, em função das heranças existentes no território. Uma delas são as divisões político-administrativas, que não devem ser ignoradas. Os interesses de cada município podem divergir do interesse coletivo regional.

Nesse contexto, o turismo deve ser visto como um meio e não como um fim dentro das políticas públicas. Ainda, ao tratarmos de desenvolvimento regional, deve haver uma convergência de interesses entre os administradores municipais em uma ação combinada da iniciativa pública e privada. Para além, o conhecimento do território deve ocorrer, para que um planejamento adequado e as políticas públicas alcancem seus objetivos para o desenvolvimento regional.

Seguindo a lógica da política nacional, a qual busca descentralizar a atividade e delegar às menores escalas maior autonomia, o estado do Paraná inicia processo de criação e execução de suas próprias políticas e programas. Seguindo as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, cria 10 regiões turísticas no estado, regiões que, com o avanço das políticas do setor, se expandiram atualmente para 14:

Figura 2: Paraná - Regiões Turísticas do Paraná, 2016



Fonte: Secretaria de Estado do Turismo do Paraná. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br>>. Acesso em: out. 2016.

Unindo municípios com características históricas, físicas e culturais similares, as regiões turísticas paranaenses surgem com o objetivo de aglutinar as potencialidades turísticas de cada município, e buscar, de forma coletiva, aumentar as possibilidades de desenvolvimento da atividade, promovendo o turismo regional.

A Mesorregião Centro-Occidental paranaense está inserida na região turística denominada "Ecoaventuras –Histórias e Sabores", sinalizada pela cor lilás no mapa anterior. O turismo na mesorregião, acompanhando as tendências das políticas nacionais que começaram a surgir na década de 1990, começou a ser visto como fator de desenvolvimento e alternativa em meados do ano de 1994, quando o então secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Campo Mourão percebeu o possível potencial de o setor gerar emprego e renda. Segundo entrevista concedida ao Jornal *on-line* Inturnet, da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA), o ex-secretário declarou ter observado a dinâmica da região e ter percebido que alguns produtores rurais, sem orientação, começaram a trabalhar com o turismo. A partir da percepção desse quadro, iniciou-se o processo de investimentos em projetos para fomentar o turismo regional.

Conforme o ex-presidente⁴ do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão (COMTUR), as primeiras iniciativas ocorreram quando se tomou conhecimento sobre o PNMT. As possibilidades de utilizar o turismo como vetor de geração de empregos e renda

⁴ Em depoimento concedido (Duração: 1 h 23 min e 4 s).

baseavam-se em uma política pública própria para o setor e poderiam alavancar a atividade regional.

O PNMT previa a criação dos Conselhos Municipais de Turismo para o desenvolvimento da atividade em escala municipal, e que, portanto, traria as decisões do setor para a própria população envolvida, descentralizando, enfim, a atividade. Em Campo Mourão, sob a coordenação do secretário da época, é criado o COMTUR e o Fundo Municipal de Turismo, o qual recebia auxílios financeiros para desenvolver o turismo na região.

O COMTUR era constituído por cidadãos do município que possuíssem algum vínculo direto ou indireto com o turismo, a exemplo dos empresários do setor, de profissionais, da comunidade acadêmica, dentre outros. Quanto às tomadas de decisões de toda a mesorregião, participavam do respectivo Conselho duas lideranças de cada município, para que também pudessem discutir seus interesses e promover de forma coletiva o turismo regional, segundo relatos da ex-presidente.

Com a saída da secretaria, o então secretário dá continuidade ao processo de fomento do turismo na região por meio de iniciativas próprias, contando com a parceria da Associação Comercial de Campo Mourão (ACICAM). A ex-presidente conta que a promoção de palestras, cursos, auxílios técnicos, entre outras atividades, para todos os interessados na área, continuaram a ser promovidas. Uma das iniciativas foi a criação do Curso de Pós-Graduação em Turismo e Meio Ambiente, realizado pela Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

Para o ex-secretário e atual diretor presidente da Paraná Turismo (instância da Secretaria de Esportes e Turismo do Estado do Paraná), uma pequena propriedade na região pode receber turistas, inicialmente, sem precisar utilizar grandes recursos financeiros, afinal, é necessário que haja tempo e vontade (JORNAL INTURNET, 2003). Em contrapartida, ele lembra que, antes de anunciar um atrativo, a exemplo de uma cachoeira, é preciso que ocorra um planejamento com o envolvimento de profissionais do setor público e privado, para que o atrativo não seja depredado. O diretor presidente entende que o turismo possa aproveitar e valorizar a paisagem, gerando oportunidades de emprego e renda para seus atores (JORNAL INTURNET, 2003).

Em se tratando mais especificamente do Norte do Paraná, ele cita que, em comparação com o Sul e o Centro do país, a região não tem atrativos em abundância. O Norte paranaense, explica o professor, está aprendendo a desenvolver uma metodologia de aproveitar tudo o que é possível para criar roteiros e outras atividades. Para finalizar, o professor cita a pousada rural Parque das Gabirobas e a Fazenda-Hotel Água Azul como exemplos de empreendimentos rurais bem-sucedidos, que se desenvolveram a partir dos produtores rurais, sem auxílio do governo nas escalas federal, estadual ou municipal.

Nessa perspectiva, acreditando no grande potencial da região, o atual presidente da Paraná Turismo busca desenvolver o turismo no Estado por meio de inúmeras iniciativas. Muitas delas, principalmente as que se referem ao turismo que acontece no campo, são ligadas, portanto, aos agricultores de base familiar da Mesorregião. As atividades turísticas que buscam explorar as paisagens de morros, os inúmeros rios que por elas passam, as propriedades que compõem essa paisagem e as atividades que dentro delas ocorrem são motivo de grande esforço por parte do poder público em trazer desenvolvimento e renda para os atores sociais do campo.

O município de Iretama é um exemplo dessas ações. Um dos muitos pequenos municípios com baixo IDH-M de 0,665 (IPARDES, 2016), é rico em uma paisagem de morrarias em função de seu relevo acidentado e também é palco da resistência da agricultura familiar, com um total de 1.166 estabelecimentos familiares, contra 373 estabelecimentos não familiares, segundo o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009). Conforme o diretor do Centro

de Produção⁵ “[...] o forte mesmo aqui para o pequeno agricultor, até agora no momento, é a produção de leite. Mais de 50% trabalham na produção de leite.”⁶

O diretor do Centro de Produção relata que deseja desenvolver o turismo no município com os agricultores de base familiar. Dessa forma, houve uma mobilização entre os aqueles que tinham interesse em implementar a atividade, somando um total de quinze propriedades. Com relação aos recursos, apesar do entusiasmo que demonstra, ele confirma não ter auxílio até o momento de políticas públicas que possam auxiliar o desenvolvimento da atividade no município junto aos agricultores.

Quando questionado sobre quais são as maiores dificuldades enfrentadas até o presente momento para alavancar o turismo no município com os agricultores familiares, o diretor do Centro de Produção relata que um dos problemas está nos recursos humanos, uma vez que cinco funcionários da Secretária de Agricultura do município não estão exclusivamente envolvidos com projetos de turismo. Ele coloca a importância do concurso público, o qual trará funcionários permanentes, garantindo, dessa forma, a continuidade do projeto.

Apontamos, a exemplo desses entraves, uma família de agricultores do distrito de Águas de Jurema, em Iretama⁷. A propriedade da família possui 72 hectares, onde se produz soja e aveia e há área de pastagem para o gado leiteiro, conforme relatos do agricultor entrevistado⁸. O mesmo agricultor afirma que quase toda família trabalha na propriedade. Aqueles que não estão exercendo nenhuma função nela trabalham no *resort* localizado no distrito. Segundo seu depoimento: “Um deles é recepcionista e outro trabalha no departamento de pessoal. Um deles começou como ajudante no departamento e hoje é responsável pelo departamento. O outro começou como garçom e hoje é recepcionista”⁹. Compreendemos que o turismo pode, sim, beneficiar muitas camadas da sociedade e, de muitos modos, pode auxiliar no processo de desenvolvimento, porém a geração de emprego e renda, muitas vezes, não acontece a contento, segundo Froelich (2000).

Sobre o turismo, como possível complementação de renda, o agricultor conta que “Até hoje a gente tem trazido, assim, por amizade, não tem cobrado, não tem tirado custo de tudo isso. Mas a gente tá se preparando pra ver se a gente começa realmente vender esse trabalho”. O agricultor relata que muitos conhecidos dizem que eles devem fazer da propriedade um lugar turístico, mas o problema são os recursos. Sem recurso, segundo ele, não é possível: “Sempre as pessoas chegavam e comentavam: ‘Ô, aqui dá pra você fazer um lugar turístico!’. Mas e recurso? Pra isso tem que ter recurso”¹⁰. Ele afirma que não há esclarecimentos pelos proponentes do poder público em implementar a atividade turística em como captar auxílios e tudo fica no plano do discurso.

O agricultor coloca que recurso financeiro e tempo para receber os turistas são os maiores entraves atualmente, apesar da vontade para implantar a atividade: “Queremos o turismo para fortalecer a renda, vimos os nossos vizinhos vender suas propriedades por falta de recursos, também não quero que meus filhos vão embora e o turismo pode nos trazer

⁵ O Centro de Produção é uma horta pertencente à prefeitura a qual fornece alimentos para as escolas do município.

⁶ Em depoimento concedido (Duração: 39 min. e 50 s).

⁷ O diretor do Centro de Produção conhece as quinze famílias que possuem interesse em implementar a atividade em sua propriedade. Nesse sentido, solicitamos ao diretor que nos acompanhasse até uma delas para que pudessemos conhecer a realidade e os anseios com relação ao turismo como complementação de renda.

⁸ Em depoimento concedido (Duração: 44 min e 33 s).

⁹ Em depoimento concedido (Duração: 44 min e 33 s).

¹⁰ Em depoimento concedido (Duração: 44 min e 33 s).

isso”¹¹. Esse quadro aponta para o desejo de reverter o quadro de êxodo rural e fixação da família no campo, porém, para a implementação da atividade, destacamos o que Froelich (2000) colocou com relação à baixa ou nenhuma capacidade de endividamento ou apresentação de garantias desses agricultores para a concessão de créditos e, ainda, em alguns casos, “[...] de equívocos provocados pela imagem panaceica do turismo rural como estratégia de desenvolvimento, esta poderá retirar recursos públicos, já parcos, da ‘agricultura familiar’” (FROELICH, 2000, p. 10, grifo do autor).

Além das dificuldades financeiras, a ordem moral da família agricultora se coloca como mais um entrave para a implementação do turismo como complementação de renda para a propriedade familiar¹². Sobre essa questão, observamos a família de agricultores que mora às margens do lago da barragem da Usina Hidrelétrica Mourão, por meio da indicação do ex-presidente do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão. Esses agricultores já receberam visitantes em sua propriedade, possibilitando-nos, assim, a avaliação dos impasses entre a sua ordem moral e as especificidades do turismo.

Em um total de quinze alqueires, o agricultor¹³ relata que cultiva soja em apenas seis com sua família, em função das leis ambientais do Paraná¹⁴, que regulamentam a utilização do restante do espaço, que abriga recursos hídricos, para áreas de preservação ambiental. Na propriedade também ocorre a criação de gado leiteiro para a produção de leite e derivados, além de outras alternativas, como a produção de bolachas caseiras e outros produtos domésticos produzidos pela esposa e pela filha do agricultor. As Figuras 3 e 4 também ilustram as características das propriedades de base familiar que se colocam como atrativos para o turismo: a proximidade com a natureza, com os animais típicos do campo e o modo de organizar a propriedade, que tanto chamam a atenção dos turistas. A manutenção da horta cercada, com as galinhas criadas soltas pelo quintal e o pomar carregado com as frutas da época, podem ser visualizadas a seguir:

Figura 03: Horta cercada



Fonte: Acervo da autora

Figura 04: Pomar



Fonte: Acervo da autora

A história da composição dessa propriedade tem início quando o agricultor veio de Minas Gerais com os pais em 1948 para o Norte do Paraná, onde cultivaram café. Em função das geadas que dificultaram a produção da cultura, em 1953 toda a família deslocou-se para o

¹¹ Em depoimento concedido (Duração: 44 min e 33 s).

¹² Nessa perspectiva, nos direcionamos ao município de Luiziana, uma vez que o mesmo possui agricultores de base familiar que já passaram pelo processo de recepção de visitantes em sua propriedade.

¹³ Em depoimento concedido (Duração: 58 min e 10 s).

¹⁴ Conforme Decreto nº 387, de 1999, do governo do Estado do Paraná.

município de Luiziana e, em 1971, se fixaram na propriedade onde moram atualmente. Da totalidade da família, apenas o agricultor entrevistado, com sua esposa e filhos, ainda se mantém no campo. Seus pais e irmãos venderam a propriedade e buscaram fixar residência na cidade.

O agricultor, que manteve seus trabalhos no campo, relata que, quando se instalou no município com sua família, “[...] naquele tempo a pescaria era coisa de loco. Você olhava a noite aqui, você olhava a margem da água aqui, era fogo pra tudo quanto é lado”. Dessa forma, o agricultor começou a receber amigos, em sua propriedade, para pescar nos fins de semana. De alguns amigos, passou-se para um número considerável de visitantes: “Teve uma temporada aí, que, olha, nós tivemos que cortar. Chegava quinze, dezesseis carro. Se você pôr na média de quatro, cinco pessoa por carro, virava quase uma festa de casamento”¹⁵.

Uma vez que a visitação da propriedade foi indicada pelo ex-presidente do COMTUR de Campo Mourão, esperávamos encontrar uma propriedade de agricultores de base familiar que auferiam lucro por meio da recepção de visitantes de forma direta, porém, para a nossa surpresa, ao ser questionado sobre o valor que o agricultor cobrava dos visitantes que entravam em sua propriedade para desfrutar de seu pomar, da pescaria no rio, do banho de rio, da sombra das árvores, do acampamento no seu gramado, dentre outras qualidades da vida no campo, o agricultor respondeu que não cobrava valor algum: “Não. Nunca tivemos nem barco pra alugar, nem nada. Eu, pra falar bem a verdade, nem onde tava o pescador nós não vai. A gente não gostava de misturar o sistema do pescador com o nosso”.

Ora, para o turismo, o espaço e o que está contido nele possuem valor de troca – condição necessária para que haja o negócio entre a compra e a venda desse produto. Isso, porém, para o agricultor, não ocorre. O valor de uso o impede de cobrar entrada na propriedade. Para além, a natureza ali contida é dádiva divina, como apontou Woortmann (2004) e a mesma pode ser usufruída por todos. Ainda há a sua afirmação sobre não ter interesse em “se misturar” com os pescadores, o que exclui outra característica própria do agroturismo, que é a interação do proprietário com os visitantes.

Para ele, todos podiam entrar e desfrutar de tudo aquilo gratuitamente, desde que fossem indicados por alguém, não sendo visitantes desconhecidos. Segundo o agricultor, os visitantes acabavam levando o queijo, o leite e outros produtos feitos na propriedade, ou seja, poder vender o que ele produzia na propriedade para quem ali viesse passar o fim de semana já valia a visita, porém só os amigos podiam sentar na varanda e tomar um café feito na hora pela esposa do agricultor. O convite para entrar na varanda para o café é demonstração de confiança e amizade: “Aquele que vinha pesca, por exemplo, nós não misturava. Nós chamar ele aqui nem pra tomar um café aqui, por exemplo, nós não chamava. Só se fosse um cara muito amigo mesmo”¹⁶. Ao questionarmos se ele se preocupava em receber estranhos, o mesmo respondeu que: “Não, não vinha estranho. Vinha os cara que... por exemplo, os cara que vinha de Cianorte: ‘Posso trazer meus amigo lá?’ ‘Se você se responsabiliza por ele, pode trazer.’ ‘Não, esse é amigo meu.’ ‘Então pode trazer’”¹⁷.

O agricultor afirma que as atividades dos visitantes foram encerradas quando houve a proibição, em função da lei ambiental paranaense, de qualquer atividade às margens do lago da usina no perímetro estipulado. Ao questionarmos o depoente sobre a falta que ele sentia dos visitantes, o agricultor disse que não sentia falta do barulho e da confusão que gerava problemas com seus vizinhos de cerca, que também ficavam incomodados com o fluxo de visitantes, fato esse que destoava da característica marcante do turismo como a circulação

¹⁵ Em depoimento concedido (Duração: 58 min e 10 s).

¹⁶ Em depoimento concedido (Duração: 58 min e 10 s).

¹⁷ Em depoimento concedido (Duração: 58 min e 10 s).

ininterrupta de turistas. Ele afirma, contudo, que sente falta dos amigos que iam até a propriedade passar o fim de semana e que sentavam na varanda para tomar um café. Ao contrário das famílias de agricultores de Iretama, que buscam receber visitantes, o agricultor de Luiziana, que já passou por isso, afirma que não tem interesse algum em repetir essa experiência por meio do turismo.

Ao perguntarmos para o agricultor se ele possui interesse em receber turistas em sua propriedade para conhecer sua horta, seu pomar, as atividades da propriedade como ordenhar as vacas e trabalhar com o gado, recebendo dinheiro para isso, a resposta negativa do agricultor foi rápida e categórica. Para ele receber gente estranha na propriedade não é positivo. O agricultor relata que sua filha e esposa não se sentiriam bem em trabalhar com estranhos observando e que isso também era perigoso nos dias de hoje. Então trabalhar com turismo:

Não! É que, pra começar, digamos assim, se for mexer, vê lá minha menina, mexe com leite lá, ela já não gosta que tem uma pessoa lá perturbando, né. Que perturba, né. Outra coisa, tem uns zoiúdo que olha a vaca lá que dá 30 litro de leite por dia, no outro dia ela dá só oito (risos). Aí minha menina não gosta. Mas a gente não, no caso assim, passa um dia pra acampar, ou em outro caso não tem problema, né. [...] Trabalhar com gente hoje é problema. Tem gente hoje de educação tudo diferente¹⁸

A declaração do agricultor aponta para o incômodo que os visitantes poderiam causar para suas filhas e esposa durante as atividades rotineiras na propriedade. Ocorre que, como assevera Martins (2003), ele está voltado para a sua família, a sua comunidade, voltado para dentro e não para o mundo regido pelas mercadorias. Por esse motivo, o agricultor diz não ter interesse em transformar em mercadoria o seu mundo, o seu espaço, a sua família.

As superstições também têm grande valor para ele, uma vez que muitas pessoas analisando as tarefas do dia a dia, essa interferência poderia diminuir os recursos como a ordenha dos animais. Esses aspectos apontam para os entraves entre o turismo e a ordem moral da pequena família agricultora, entraves que não permitem o avanço da atividade junto a esses agricultores.

Observa-se que, apesar de as políticas públicas, a exemplo do PNMT, pregarem a total separação de interesses políticos em relação às atividades de organização e de planejamento da atividade pelo COMTUR, a influência política era inevitável: “Tanto que, quando mudou o prefeito, esse Conselho se destituiu, porque as lideranças que constituíam o Conselho se desestimularam”¹⁹. Esse quadro reforça a ideia de Cruz (2006) sobre as divergências políticas em relação ao setor:

[...] o planejamento regional requer a abdicação, por parte dos poderes públicos municipais, de parte de seus projetos individuais em prol de um projeto coletivo, que requer a superação de vaidades pessoais e o desenvolvimento da capacidade de diálogo. (CRUZ, 2006, p. 343).

Além das questões políticas estão às questões ligadas a diferente realidade da região com outras regiões brasileiras com potencial turístico. Apesar do discurso em utilizar as características físicas da mesorregião e a permanência das pequenas propriedades familiares que resistiram ao processo de modernização da agricultura para o turismo, muitos impasses se

¹⁸ Em depoimento concedido (Duração: 58 min e 10 s).

¹⁹ Em depoimento concedido (Duração: 1 h 23 min e 4 s).

colocam para que ele ocorra. As divergências políticas, os entraves financeiros, a conformação da paisagem regional (resultado de sua ocupação heterogênea) e a ordem moral dos agricultores de base familiar impedem o avanço da atividade com a participação dos mesmos agricultores, em que a mão de obra local só participa do processo de avanço do turismo regional quando está trabalhando assalariada nos empreendimentos turísticos existentes, diferentemente do agroturismo citado por Silva (1998).

Considerações finais

Compreendemos que as dificuldades relacionadas aos recursos financeiros impedem que muitos agricultores que se baseiam no trabalho familiar aloquem uma estrutura capaz de receber hóspedes de maneira satisfatória. A partir do esforço para construir os simples banheiros pela família de agricultores em Iretama, compreendemos que a necessidade de implantação de uma infraestrutura básica exige recursos que esses agricultores, muitas vezes, não possuem. E, ainda, a criação de uma estrutura precária pode comprometer a atividade realizada naquele local.

Para buscar, dentre outros objetivos, amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos agricultores que desejam trabalhar com o turismo, o Estado cria as políticas públicas específicas para esse setor. Porém, em função da extrema burocracia, dos gargalos existentes, como a falta de informação sobre a existência e o papel das mesmas, dentre outros aspectos, impedem a condução desses recursos para a implantação da atividade turística nas propriedades.

Outro aspecto está relacionado às questões políticas na região. Por muitos motivos, os interesses políticos e as vaidades pessoais impedem que muitos projetos para desenvolver o turismo regional avancem. A instabilidade de cargos políticos relacionados à atividade não possibilitam a continuidade desses projetos, questão assinalada pelo diretor do Centro de Produção de Iretama, que aponta para a importância de cargos estáveis por meio de concursos públicos para o setor. É preciso também que os interesses individuais sejam suprimidos por um interesse maior, pelo o desejo coletivo, que beneficie a todos. Esse quadro foi apontado pelo ex-presidente, quando tratou a respeito do Conselho Municipal de Turismo de Campo Mourão e da utilização dos recursos do Fundo de Turismo Municipal. Conforme seu depoimento, as tentativas e os anseios da coletividade em busca de possibilidades, por meio do turismo, acabam se dissipando em função de interesses políticos individuais.

Além disso, dentre os entraves estão as contraposições existentes entre a ordem moral dos agricultores de base familiar e as características da atividade turística. A falta de interesse pela implantação da atividade, como alternativa de renda, do agricultor de Luiziana exemplificou essa questão. Para a sua ordem moral, a natureza e os benefícios da terra estão postos em sua propriedade para que os amigos e conhecidos possam usufruir dela. Utilizar o turismo como valor de troca que comercializa as tarefas realizadas pela sua família, isso mercantiliza a sua terra, a sua vida, não vai ao encontro do valor de uso que o mesmo têm por seu modo de vida e produção, pelo contrário, vai de encontro a todos os seus valores de berço.

Receber pessoas desconhecidas, para eles, não é seguro atualmente, fato que dificulta o desenrolar da atividade turística aos moldes do turismo rural na propriedade familiar. Isso porque, para esse ator social, receber amigos e conhecidos que usufruam das qualidades da propriedade sem interromper a rotina da sua família é algo possível. Diferentemente, porém, receber visitantes estranhos à família para auferir lucro em troca da interação do turista com a vida que se passa em seu núcleo familiar não parece ser algo viável.

É preciso ainda considerar a especificidade da realidade da região de Campo Mourão. A modernização da agricultura avançou nesse território e, posteriormente, isolou as pequenas

propriedades em sua maioria em regiões de morros e colinas. Nesse sentido, as propriedades dos pequenos agricultores familiares ficaram muito isoladas, com estradas de acesso restrito.

Em função desses aspectos, compreendemos os impasses em relação ao turismo com a participação de pequenos agricultores de base familiar, a partir das informações e das observações coletadas durante a pesquisa. O turismo rural, atividade proposta como alternativa e como complementação de renda, encontra impasses para avançar na região.

O turismo não possui condições de, sozinho, resolver problemas como a desigualdade social, isso porque essa atividade é resultado das relações sociais, sendo um produto da própria sociedade. Os resultados da atividade podem ser positivos e ou negativos, assim, tratar da atividade como solução das tensões sociais vividas, tanto no campo quanto na cidade, é um equívoco cometido tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada.

Referências

- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- CARLOS, A. F. A. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Revista Mercator**, Fortaleza, vol. 3, nº 5, p. 7-13, 2004.
- CARLOS, A. F. A. O turismo e a produção do não-lugar. In: CARLOS, A. F. A; YÁSIGI, E.& CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G; ARROYO, M. & SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006.
- CRUZ, R. C. A. **Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares**. São Paulo: Roca, 2007.
- _____. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inés Geraides; ARROYO, Mônica & SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.
- FROEHLICH, J. M. Turismo rural e agricultura familiar: explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: ALMEIDA, Joaquim Nácio & RIEDL, Mário (Org.) **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuria/censoagro/default.shtm>>.
Acesso em: nov. 2014.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Banco de dados estadual. 2010. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Caderno estatístico município de Iretama. Março, 2016. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87280&btOk=ok>>. Acesso em: mar. 2016.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Occidental Paranaense. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/leituras_reg_meso_centro_occidental.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

JOAQUIM, G. Turismo rural: que sustentabilidade? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2003.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE “DILEMAS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO BRASIL, COM ÊNFASE NO AGRÍCOLA E RURAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI”. Santiago do Chile: FAO, 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/regional/LAmerica/prior/desrural/brasil/souza.PDF>>. Acesso em: jul. de 2014.

_____. **O poder do atraso: ensaios da sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. **Turismo rural: orientações básicas.** Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2008.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M. & RIEDL, Mário (Orgs.). **Turismo e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

SANTOS FILHO, J. As relações de produção na Inglaterra criaram Thomas Cook – Parte II. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, nº 88, 2008.

SANTOS, T. M. B. B. **Turismo e campesinato** – embates ideológicos e culturais em Colombo/PR.2009. 223 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.

SAQUET, M. A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, vol. 1, nº1, p. 60-81, 2006.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

SILVA, J. G.& GROSSI, M. E. D. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina, PR: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002.

SILVA, J. G.& GROSSI, M. E. D. **O novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina, PR: Instituto Agrônômico do Paraná, 2002b.

TULIK, O. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2004.

WOORTMANN, E. F. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.& MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

Artigo recebido em 16-03-2016
Artigo aceito para publicação em 25-01-2017